



EDITAL NÚMERO 342/2019

---RUI JOSÉ DA COSTA PEREIRA, NA QUALIDADE DE VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA,-----

--- FAZ PÚBLICO QUE, foi celebrado no dia 25 de julho de 2019, o Protocolo número 61/2019, com a Sociedade Parques de Sintra Monte da Lua, S.A., o Município de Sintra e a Fundação Cultursintra, F.P., que a seguir se reproduz.--

“Considerando que:-----

• À Parques de Sintra — Monte da Lua, S. A., adiante referida como PSML, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000 na sequência da classificação da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade, foi confiada a gestão dos mais importantes valores públicos, incluindo parques e edifícios de relevante valor ambiental e cultural situados nessa zona classificada, para além da incumbência de outros espaços culturais e naturais de relevo no Município de Sintra;-----

• Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios da cultura, dos tempos livres e do ambiente, nos termos do n.º 1 e das alíneas e), f) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

• A Fundação Cultursintra FP, tem como objecto a criação, o desenvolvimento, o acolhimento e a divulgação da cultura no Município de Sintra, assegurando, ainda, o incremento do acesso aos bens culturais por parte das populações e demais interessados no respectivo processo cultural, gerindo um espaço monumental ímpar de Sintra, integrado em plena natureza como é a Quinta da Regaleira;-----

• O acervo monumental e natural de Sintra no âmbito da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade exige a necessária concertação entre a PSML, a Fundação Cultursintra FP e o Município de Sintra no âmbito da cultura, dos tempos livres e do ambiente;-----

• Constituem atribuições dos municípios a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações;-----



- As vivências das populações do Concelho passam, inevitavelmente, pelo partilhar de diversas actividades, de entre as quais as culturais e recreativas, as quais relevam de modo significativo;-----
- Na época natalícia em Sintra o “Reino do Natal” no Parque da Liberdade, é um momento alto tanto para adultos, como para as crianças;-----
- A magia do Natal chegará ao centro histórico de Sintra em Dezembro de 2019, proporcionando a todos os visitantes momentos inesquecíveis de partilha e encantamento, aliando o cenário natural do Parque da Liberdade a cenários de encantar;-----
- Todo o parque será cenografado, sendo a brincadeira, as actividades desportivas, os ateliês, os concertos, os diversos espaços de restauração e o artesanato uma constante ao longo dos dias do evento, dos quais tanto os miúdos como os graúdos podem usufruir ao máximo;-----
- Das iniciativas a destacar na época festiva, relevam as iluminações de Natal na Vila de Sintra, um Ringue de Patinagem no Gelo, uma Feira de Natal e os Concertos de Natal;-----
- Compete ainda às câmaras municipais apoiar actividades que se revistam de interesse para o município, por força da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime acima citado;-----
- A criação de sinergias entre a Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A., o Município de Sintra e a Fundação Cultursintra FP tem permitido uma profícua colaboração em prol da defesa de bens jurídicos inestimáveis quais são a Cultura, e a Qualidade de Vida das Populações para que estas possam continuar a usufruir de locais de excepção em termos culturais, naturais e paisagísticos;-----
- O Município de Sintra, a Parques de Sintra — Monte da Lua, S. A. e a Fundação Cultursintra FP entendem que a colaboração mútua redundará em prol da cultura e do aumento de visitantes a Sintra durante a época natalícia, concomitante com a divulgação de todo um inestimável património natural e cultural.-----



É reciprocamente e livremente acordado de boa-fé e reduzido a escrito o presente Protocolo:-----

ENTRE-----

PRIMEIRO OUTORGANTE:-----

A SOCIEDADE PARQUES DE SINTRA — MONTE DA LUA, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pessoa colectiva n.º 505 174 839, com sede no Parque de Monserrate, em Sintra, representada neste acto, pela Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz, na qualidade e com poderes bastantes para o acto comprovado pelos estatutos da sociedade constantes do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 215/2000, de 2 de Setembro, com a redacção actual.-----

SEGUNDO OUTORGANTE:-----

O MUNICÍPIO DE SINTRA, pessoa colectiva de direito público n.º 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, neste acto representado pela Exma. Sra. Vereadora da Câmara Municipal Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, ao abrigo da alínea iii, n.º 2-A, do despacho de delegação de competências número 79-P/2017, de 16-11-2017, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

TERCEIRO OUTORGANTE:-----

A FUNDAÇÃO CULTURSINTRA FP, com sede no Município de Sintra, na Quinta da Regaleira, na Rua Barbosa du Bocage, 2710-567 Sintra, titular do cartão de pessoa colectiva de direito público n.º 503 888 729, neste acto representada pelos Exmos. Senhores: Presidente do Conselho Directivo Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca e Vogal do Conselho Directivo, Sra. Vereadora Dra. Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, com poderes bastantes para o acto.-----

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:-----

Cláusula Primeira

(Objecto e Fins)

1-O Presente Protocolo visa regular e disciplinar uma acção concertada entre as Partes Outorgantes no âmbito da cultura e tempos livres quanto ao evento



“Natal em Sintra” e das iniciativas que o integram, a ter lugar a partir do início de dezembro de 2019.-----

2 – Os eventos incluídos no presente Protocolo são os seguintes:-----

a)Reino do Natal, no Parque da Liberdade;-----

b)Iluminações de Natal na Vila de Sintra;-----

c)Ringue de Patinagem (no Gelo);-----

d)Feira de Natal;-----

e)Concertos de Natal.-----

3 – Os eventos são levados a cabo pelas Partes Outorgantes na sequência de um Programa articulado e concertado, designadamente em termos de calendarização, horários e de afectação de meios.-----

Cláusula Segunda

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1-O Primeiro Outorgante compromete-se a apoiar os eventos referidos nas alíneas b), c) e d) do nº1 da Cláusula Primeira com os montantes especificados no Anexo Único ao presente Protocolo, ressalvando-se no entanto, que as verbas constantes no referido anexo, superiores a 60.000,00€ (sessenta mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, ficam condicionadas à existência de disponibilidade financeira, a aferir em data acordada pelas partes.

2-O Primeiro Outorgante assumirá as despesas que lhe incumbam relativas às verbas referidas no Anexo Único ao presente Protocolo a partir do dia seguinte à outorga do mesmo.-----

3 - Incumbe ainda ao Primeiro Outorgante:-----

a) Prestar colaboração ao Município na promoção, organização e divulgação das actividades;-----

b) O apoio técnico e logístico, dentro das áreas sob a respectiva jurisdição;-----

c) A definição e coordenação das acções de divulgação e publicitação das actividades.-----



Cláusula Terceira

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1-O Segundo Outorgante compromete-se a concretizar e a suportar financeiramente a sua participação nos eventos, ou a respectiva efectivação, com as verbas referidas no Anexo Único com os montantes aí especificados.---

2-Em todos os eventos objecto do presente Protocolo e em todas as publicações, publicidade ou material de divulgação dos mesmos deve figurar referência expressa ao apoio prestado pelo:-----

a)Primeiro Outorgante, com a designação de “apoio da Parques de Sintra, Monte da Lua SA”, bem como o respectivo logótipo;-----

b)Terceiro Outorgante, com a designação de “apoio da Fundação Cultursintra FP”, bem como o respectivo logótipo;-----

3-A afectação de verbas referida no n.º 1 por parte do Segundo Outorgante está condicionada à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor.-----

Cláusula Quarta

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

1-O Terceiro Outorgante compromete-se a concretizar e a suportar financeiramente a sua participação nos eventos, ou a respectiva efectivação, com as verbas referidas no Anexo Único com os montantes aí especificados.---

2-O Terceiro Outorgante assumirá as despesas que lhe incumbam relativas às verbas referidas no Anexo Único ao presente Protocolo a partir do dia seguinte à outorga do mesmo.-----

3 - Incumbe ainda ao Terceiro Outorgante:-----

a) Prestar colaboração ao Município na promoção, organização e divulgação das actividades;-----

b) O apoio técnico e logístico, dentro das áreas sob a respectiva jurisdição;-----



Cláusula Quinta

(Obrigações Comuns)

1- Impende sobre os Outorgantes uma obrigação de informação mútua sobre tudo o que possa ser relevante para a boa e harmoniosa execução do presente protocolo e actuar diligentemente na prossecução dos seus fins.-----

2 - Para a prossecução dos objectivos do presente Protocolo podem os Outorgantes designar um representante designadamente com vista a articular as propostas a submeter aos órgãos executivos respectivos, caso as mesmas careçam de aprovação ou homologação nos termos legais e estatutários.-----

3 - Os representantes dos Outorgantes reúnem por iniciativa das mesmas, sem poder decisório, propondo nessa sede a articulação que se mostre oportuna.----

4 - As reuniões referidas no número anterior podem decorrer em espaços do Município, da PSML ou da Fundação Cultursintra.-----

Cláusula Sexta

(Vigência)

O presente Protocolo inicia a sua vigência na data da outorga, vigorando até 8 de Janeiro de 2020.-----

Cláusula Sétima

(Revisão e Alterações)

1.O presente protocolo pode ser objecto de revisão, por acordo expresso das partes, no que se mostre estritamente necessário, mediante adenda com as alterações a introduzir, as quais passam a fazer parte integrante do mesmo.-----

2.Quaisquer alterações ao presente Protocolo devem ser objecto de aprovação prévia através de deliberação da Câmara Municipal de Sintra e dos órgãos estatutariamente competentes da PSML e da Fundação Cultursintra FP, só sendo válidas se constarem de documento escrito subscrito pelos outorgantes nos termos do Protocolo Original.-----

Cláusula Oitava

(Resolução)

1.O incumprimento por qualquer das partes das obrigações assumidas no âmbito deste protocolo, permite às demais a resolução parcial do mesmo, a



qual será feita por comunicação escrita, enviada por carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 30 dias.-----

2. Por imposição legal ou por motivos de ponderoso interesse público, devidamente fundamentado, os Outorgantes podem, em qualquer momento, resolver o presente protocolo.-----

Cláusula Nona

(Questões emergentes da interpretação e aplicação do presente protocolo)

Qualquer questão que venha a ser suscitada, na interpretação, execução ou validade do protocolo, é dirimida por acordo entre as partes ou, na falta de acordo, pelo tribunal competente.-----

A despesa municipal resultante deste protocolo no valor de € 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, tem dotação na rubrica 25.13.2019.136.2 das grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, conforme declaração em anexo, para efeito dos processos a desenvolver pelo Município de Sintra em cumprimento do presente protocolo.-----

---Este protocolo, face ao montante da despesa assumida pelo Município de Sintra, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.-----

A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal, na reunião de 25 de junho de 2019, sob a proposta n.º 566/2019 de 19 de junho.-----

A despesa da PSML resultante deste protocolo será efectuada após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.-----

A minuta relativa ao presente protocolo foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração de 03 de julho de 2019 na ata n.º 786.-----

---O presente Protocolo é assinado e outorgado pela Presidente do Conselho de Administração, Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz com poderes de representação para autorizar a despesa e a outorga do contrato, conforme poderes delegados na acta n.º 748, de 20 de setembro de 2018.-----



Sendo o encargo total para a PSML, resultante do presente Protocolo de 95.000,00 € (noventa e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

Com a outorga do presente protocolo, a PSML disponibilizará de imediato a verba no valor de 60.000,00€ (sessenta mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, ficando o valor remanescente, no montante de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, dependente da existência de disponibilidade financeira a aferir em data a acordar pelas partes.-----

A despesa da Fundação Cultursintra FP resultante deste protocolo será efectuada após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.-----

A minuta relativa ao presente protocolo foi aprovada por despacho conjunto do Conselho Directivo, reunido a 30 de maio de 2019 (ata n.º 195).-----

Sendo o encargo total para a Fundação Cultursintra FP, resultante do presente Protocolo de 80.000,00 € (oitenta mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

O presente Protocolo vai ser assinado e rubricado pelos Outorgantes sendo constituído por nove cláusulas e contendo 12 páginas, que vão ser assinadas e rubricadas e é feito em três exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma das partes.-----

Paços do Concelho, 25 de julho de 2019.”-----

---Este protocolo vai ser publicitado nos termos do Decreto – Lei número 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei número 64/20013, de 27 de agosto. Assim, nos termos do número 1 do artigo 56º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, passei o presente Edital e outros de igual teor que vão por mim assinados e serão afixados nos lugares públicos habituais, durante cinco dos 10 dias subsequentes à Outorga do respectivo protocolo.-----

--- Sintra e Paços do concelho, 02 de agosto de 2019.-----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,